



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 73 /94

ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS PARA O EXERCÍCIO DE 1995.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS-MG, com a Graça de Deus de creta e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Ficam estabelecidas em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e as normas estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1995, compreendendo:

- I - As diretrizes gerais para a elaboração orçamentária;
- II - As diretrizes gerais para o Orçamento Fiscal referentes aos Poderes do Município e seus órgãos;
- III - As diretrizes e as metas para os Poderes Legislativo e Executivo;
- IV - As disposições sobre alterações da legislação tributária e tributário-administrativa;
- V - Disposições finais.

CAPÍTULO II SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Artigo 2º - A Lei Orçamentária para o exercício de 1995, compreendendo o Orçamento Fiscal, resultará das propostas orçamentárias parciais de cada Poder e será elaborada conforme as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - As propostas orçamentárias parciais a que se refere o artigo anterior, serão elaboradas a preços vigentes em julho de 1994 e apresentadas ao Departamento de Fazenda, para fins de análise, compatibilização e consolidação, até o dia 12 de agosto de 1994.

Parágrafo 1º - Os valores de Receita e Despesa previstos no Projeto de Lei serão expressos segundo preços correntes estimados para o exercício de 1995.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo 2º - A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei à Câmara Municipal explicitará:

- I - As hipóteses inflacionárias adotadas para os períodos de julho a dezembro de 1994 e de janeiro a dezembro de 1995;
- II - Os critérios utilizados para a estimativa das receitas do Orçamento Fiscal.

Artigo 4º - O Poder Legislativo encaminhará ao Departamento de Fazenda, da Prefeitura Municipal, sua respectiva Proposta Orçamentária, no prazo estabelecido no caput do art. 3º, para fins de incorporação no Projeto de Lei Orçamentária do Município.

Parágrafo Único: Para cálculo dos valores de sua Proposta, o Poder Legislativo deverá observar o mesmo índice usado pelo Poder Executivo e as determinações desta Lei.

Artigo 5º - Acompanharão a Proposta do Orçamento Fiscal, além dos quadros exigidos pela legislação em vigor, os seguintes:

- I - Quadro consolidado do orçamento da Administração Direta;
- II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal;
- III - Demonstrativo da programação à conta de recursos que figurem como contrapartida do Tesouro Nacional a recursos de outras fontes, para efeito de cumprimento no disposto do artigo 15, parágrafo único, inciso II, desta Lei.

SEÇÃO II DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS

Artigo 6º - Sem prejuízo das disposições a serem estabelecidas na reformulação do Plano Plurianual de Ação Governamental são consideradas prioritárias, para efeito de elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 1995, as ações que visem:

- I - Ao desenvolvimento institucional, à modernização e racionalização administrativa da Prefeitura Municipal, principalmente através:
 - a) do desenvolvimento de programas de qualificação e profissionalização do servidor;
 - b) da informatização e reaparelhamento dos órgãos e entidades;
 - c) da reformulação do Sistema de Administração das Finanças Públicas.
- II - A continuidade e consolidação dos projetos de investimento em infra-estrutura, saneamento básico, meio ambiente, saúde e educação, através:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) do estabelecimento de cronogramas de obras e da via bilização das respectivas contrapartidas financeiras;
 - b) da definição na política municipal de meio ambiente;
 - c) da manutenção do nível de investimento nas áreas sociais, em especial nos programas de educação e saúde;
- III - Ao desenvolvimento de pesquisas institucionais para conhecimento e mapeamento da realidade econômica, social e cultural do Município;
- IV - Ao fomento das atividades culturais de esporte, de lazer e de turismo;
- V - A promoção gradual da integração do Poder Público com os diversos segmentos da sociedade, objetivando o comprometimento de todos com o desenvolvimento econômico, social e cultural do Município.

SEÇÃO III DAS DESPESAS CORRENTES

Artigo 7º - As despesas corrente dos órgãos e entidades que integram o Orçamento Fiscal, a serem financiados com recursos ordinários do Tesouro Municipal, não poderão sofrer incremento real em relação a estimativa para 1994, tendo como referência a realização efetiva da despesa até em junho.

Parágrafo Único: Excetua-se do disposto neste artigo:

- I - as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - as despesas com encargos da dívida;
- III - as despesas decorrentes de expansão patrimonial e de serviços, inclusive aquelas relativas a reforma institucional;
- IV - as despesas de custeio com saúde e educação.

Artigo 8º - As despesas com pessoal e encargos previdenciários serão fixadas respeitadas as disposições do artigo 38 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e os seguintes princípios:

- I - Observância da isonomia de vencimentos previsto no artigo 87, parágrafo 1º da Lei Orgânica Municipal;
- II - Equilíbrio remuneratório entre os quadros.

Artigo 9º - A concessão de quaisquer vantagens ou aumento de remuneração dos servidores até ou além dos índices inflacionários e a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como, a admissão de pessoal pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, só poderão ser feitas se houver dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, observadas a legislação Federal e Municipal, e ressalvadas as contratações de que trata o artigo 85 da Lei Orgânica Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único: As despesas com pessoal referida no "Caput" do artigo não poderá ultrapassar a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da Receita Corrente consignada na Lei do Orçamento e abrangerá:

- I - O pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive dos agentes políticos;
- II - O pagamento do pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos pensionistas e aposentados e agentes políticos.

Artigo 10 - As subvenções sociais só poderão constar do Orçamento Fiscal quando destinadas a entidades sem fins lucrativos, de claradas de utilidade pública, de assistência social voltada para a educação, à saúde, o amparo à infância e ao adolescente, ao idoso, à maternidade e ao deficiente físico e as de proteção ao meio ambiente observadas as exigências da legislação em vigor.

Parágrafo Único : Fica condicionada a liberação de recursos, de que trata este artigo, à comprovação da prestação de contas ao órgão repassador dos recursos recebidos em exercícios anteriores.

SEÇÃO IV DAS DESPESAS DE CAPITAL

Artigo 11 - As despesas de Capital serão programadas segundo as prioridades estabelecidas no artigo 6º, inciso II, desta Lei, observando-se ainda a consignação preferencial de recursos;

- I - para projetos já iniciados ou incluídos no orçamento anterior terão prioridades sobre novos projetos;
- II - como contrapartida a recursos de fontes alternativas ao Tesouro Municipal, assegurados ou em fase de negociação.

Artigo 12 - As transferências de Capital para instituições privadas somente poderão constar do orçamento quando observadas as disposições do artigo 10 desta Lei.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES E METAS PARA OS PODERES DO MUNICIPIO

Artigo 13 - A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo deverá fundamentar-se nas seguintes diretrizes gerais:

- I - alocação eficiente dos recursos públicos;
- II - eficiência na prestação dos serviços de responsabilidade do Município;
- III - Busca de equidade;
- IV - universalidade na prestação dos serviços públicos;
- V - austeridade na questão dos recursos públicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

- VI - aumento da produtividade;
- VII - busca da elevação do padrão de vida da população.

CAPÍTULO IV DO ENCAMINHAMENTO LEGISLATIVO

Artigo 14 - O Projeto de Lei, contendo a Proposta Orçamentária para o exercício de 1995, será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de 1994.

Artigo 15 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária somente serão aprovadas quando observarem o disposto no parágrafo 2º, do artigo 108, da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único: Além das retrições no "Caput" deste artigo, o Projeto de Lei Orçamentária não sofrerá emendas que anulem despesas:

- I - com projetos de obras em execução;
- II - que figurem como contrapartida do Tesouro Municipal a recursos de outras fontes;
- III - à conta de recursos vinculados.

Artigo 16 - Os recursos previstos sob o título "Reserva de Contingência" não poderão ser inferiores a 30% (Trinta por cento) da Receita total estimada no Orçamento Fiscal.

Artigo 17 - A Lei Orçamentária conterá dispositivos que autorize o Poder Executivo a proceder à abertura de créditos suplementares, definidos limite e base de cálculo para efeito de observância no disposto no artigo 109 da Lei Orgânica Municipal, desde que autorizado pelo Legislativo.

Artigo 18 - O Poder Legislativo autorizará, através da Lei Orçamentária, a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, objetivando suprir eventuais insuficiências de caixa, no exercício.

Artigo 19 - O Projeto de Lei Orçamentária será devolvido para sanção até o término da sessão legislativa ordinária correspondente ao exercício de 1994.

CAPÍTULO V DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E TRIBUTÁRIO- ADMINISTRATIVO

Artigo 20 - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei visando à modernização do sistema tributário através de:

- I - revisão da base de cálculo e das hipóteses de incidência e não incidência de impostos e taxas, objetivando exercer toda a competência tributária que lhe é constitucionalmente atribuída;
- II - reavaliação das alíquotas praticadas, objetivando estabelecer melhor distribuição da carga tributária;



Artigo 1º - A Lei nº 1.234, de 1984, que institui o Plano Diretor Municipal, é aprovada com as seguintes alterações:

CAPÍTULO IV
DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Artigo 12 - O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 13 - As alterações ao Plano Diretor Municipal, aprovadas pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, são de natureza complementar.

Artigo 14 - O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 15 - O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 16 - O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 17 - O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 18 - O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 19 - O Plano Diretor Municipal, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

CAPÍTULO V
DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Artigo 20 - O Plano de Desenvolvimento Urbano, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 21 - O Plano de Desenvolvimento Urbano, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Artigo 22 - O Plano de Desenvolvimento Urbano, aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, em 1984, é o instrumento básico para a elaboração do Plano Diretor Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38.970 — ESTADO DE MINAS GERAIS

III - reavaliação e revisão das isenções e dos procedimentos de concessão de anistias e remissões, de modo a manter critérios de justiça social, sem prejuízo do Tesouro Municipal.

Artigo 21 - Os tributos cujo recolhimento se realizar em parcelas serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela Unidade Fiscal do Município.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22 - Sem prejuízo dos atos preparatórios e complementares no âmbito de cada Poder, a abertura de créditos suplementares e especiais à Lei Orçamentária será feita por decreto do Executivo, após autorização legislativa, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 23 - O Poder Legislativo, deverá durante a execução do exercício de 1995 encaminhar uma cópia de seu balancete mensal ao Departamento Municipal de Fazenda para compatibilização, a fim de verificar o cumprimento dos percentuais referentes a Pessoal e Educação conforme determina a Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

Artigo 24 - Se a Lei Orçamentária não for sancionada até o final do exercício de 1994, fica autorizada, até a sua sanção, a execução dos créditos orçamentários propostos no Projeto de Lei Orçamentária, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.

Artigo 25 - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

-Prefeitura Municipal de Campos Altos-MG., 06 de Setembro de 1994.

VITOR VIEIRA DOS SANTOS
-Prefeito Municipal-

OBS: No uso de minhas atribuições legais, sanciono a emenda substitutiva nº 03, anexa a esta Lei, e veto as emendas de nºs 01, 02, 04 e 05, apresentadas pela Câmara Municipal.

Jair Dias da Costa
Presidente

Aprovado em

31/08/94

Projeto de Lei nº

73/94

Campos Altos-06/09/94

Vitor Vieira dos Santos
PREFEITO MUNICIPAL

APROVADO

50

Relat

Amil

Ismael Garcia

Relat

Jesus Cardozo



Câmara Municipal de Campos Altos

SALA DE SESSÕES - "JAIR CORREIA DA SILVA"

RUA JOÃO SOARES DE SOUZA, 416 - FONE: (037) 426-1287 - CEP 38.970 - CAMPOS ALTOS - MG

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 03

AO PROJETO DE LEI QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS PARA O EXERCÍCIO DE 1995.

Nos termos do Artigo 137 do Regimento Interno da Câmara Municipal substitua-se o Inciso III do Artigo 5º do Projeto de Lei:

ARTIGO 5º - III: PROJETO DE LEI

"Demonstrativo da programação à conta de recursos que figurem como contrapartida do Tesouro Nacional a recursos de outras fontes;

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 03

"Demonstrativo da programação à conta de recursos que figurem como contrapartida do Tesouro Municipal a recursos de outras fontes;

JUSTIFICATIVA

A Emenda Substitutiva Nº 03 visa corrigir o termo utilizado 'Tesouro Nacional' por 'Tesouro Municipal', por se tratar de contrapartida de recursos do Município a recursos de outras fontes.

Campos Altos, 03 de Agosto de 1994

José Alves Pereira Gaia
José Alves Pereira Gaia
Vereador

APROVADO

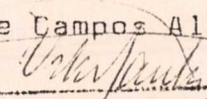
REPROVADO

ABSTENÇÃO

Bar
Alves
Camilo
Isidoro
João
João
Barcelos
Barcelos

OBS.:

No uso de minhas atribuições legais, sanciono a presente Emenda Substitutiva, que passa a fazer parte integrante da Lei 73/94 de 06.09.94.-
- Prefeitura Municipal de Campos Altos, 06 de Setembro de 1994.-


Vitor Vicita dos Santos
PREFEITO MUNICIPAL